



SEMED CAMPO GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAMPO GRANDE -MS

Professor de Educação
Infantil

EDITAL N°01/2023

CÓD: SL-064DZ-23
7908433246190

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto	7
2. Tipologia e gêneros textuais.	10
3. A língua e suas modalidades.....	16
4. Discurso direto, indireto, indireto livre	16
5. Intertextualidade	19
6. Coesão e coerência textuais	20
7. Funções da Linguagem: Fática, Conativa (ou apelativa), Poética, Referencial (informativa ou cognitiva), Emotiva (ou expressiva), Metalinguística.....	21
8. Acentuação gráfica.....	22
9. Emprego do sinal indicativo de crase.....	23
10. Ortografia.....	24
11. Classes de palavras	25
12. Período composto: coordenação, subordinação e orações reduzidas.....	34
13. Pontuação.....	37
14. Significação das palavras: homonímia e paronímia	39
15. Concordância nominal, concordância verbal.....	39
16. regência verbal e regência nominal	40
17. Uso de “há” (verbo) e “a” (preposição). Uso de onde e aonde.	43
18. Uso dos porquês	44

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Noções de lógica. Estruturas lógicas e diagramas lógicos. Valores lógicos das proposições.. Conectivos. Tabelas-verdade....	51
2. Lógica de argumentação.....	55
3. Sequências e séries.....	56
4. Correlação de elementos.....	57
5. Raciocínio analítico	61

Legislação Básica da Educação

1. Lei n. 12.796/2013 (Formação dos profissionais da educação).....	67
2. Lei n. 13.632/2018 (Educação e aprendizagem ao longo da vida).....	68
3. Lei n. 14.191/2021 (Modalidade de educação bilíngue de surdos).....	68
4. Lei n. 13.234/2015 (Identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação).....	69
5. Lei n. 13.803/2019 (Notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar).....	70
6. Lei n. 13.663/2018 (Prevenção e combate à violência e promoção da cultura de paz).....	70
7. Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)	70
8. Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	87
9. Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental).....	125

Educação Brasileira – Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Plano Municipal de Educação	131
2. Plano Nacional de Educação	188
3. Ensino a distância	192
4. Metodologias Ativas	194
5. Ensino híbrido	195
6. Base Nacional Comum Curricular.....	196
7. Avaliação da aprendizagem. Avaliação educacional	238
8. Educação e tecnologia	239
9. Teorias da educação.....	240
10. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	242
11. Ensino e aprendizagem.....	242
12. Tecnologias da informação e comunicação.....	243
13. Fundamentos da Educação	243
14. Educação inclusiva e diversidade	249
15. Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos	257
16. Planejamento e organização do trabalho pedagógico.....	368
17. Programa de Inovação Educação Conectada	269
18. Educação para o trânsito	269
19. Educação Ambiental	270
20. Direitos humanos.....	271
21. LDB e alterações (Lei nº 9.394/96).....	274
22. Referencial Curricular da Reme.....	292
23. Projeto Político Pedagógico.	292
24. Formação inicial e continuada de professores.....	292
25. História da Educação Brasileira.....	298

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. Literatura Infantil	311
2. Construção do conhecimento e o desenvolvimento da criança segundo Piaget, Vygotsky e Wallon.....	312
3. Psicologia genética: desenvolvimento das estruturas cognitivas da criança e suas implicações prático pedagógicas. O desenvolvimento da criança nos aspectos: intelectuais, sociais e emocionais. Desenvolvimento e Aprendizagem	321
4. Pensamento e Linguagem.....	337
5. Processos de Socialização	342
6. Brinquedos e Brincadeiras	345
7. Conhecimentos sobre Educação Infantil.....	367
8. Currículo na Educação Infantil	373
9. Cuidar e educar.....	387
10. Educação Infantil, infância e criança: história e concepções	389

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Como em todo discurso dominante, as posições de poder criadas para os participantes de textos legais são particularmente assimétricas, como é o caso num julgamento (e.g. entre o juiz e o réu; entre o juiz e as testemunhas; etc.). Os juízes, por exemplo, detêm um poder especial devido ao seu status social e ao seu acesso privilegiado ao discurso legal (são eles que produzem a forma final dos textos legais). Portanto, é a visão de mundo do juiz que prevalece nas sentenças, em detrimento de outras posições alternativas.

Além de relações de poder, os textos legais também expressam relações de gênero. A lei e a cultura masculina estão intimamente ligadas; o sistema jurídico é quase que inteiramente dominado por homens (só recentemente as mulheres passaram a fazer parte de instituições jurídicas) e, de forma geral, ele expressa uma visão masculina do mundo. As mulheres que são parte em processos legais (e.g. reclamantes, réis, testemunhas, etc.) estão expostas a um duplo grau de discriminação e exclusão: primeiro, como leigas, elas ocupam uma posição desfavorecida se comparadas com militantes legais (advogados, juízes, promotores, etc.); segundo, elas são estigmatizadas também por serem mulheres, e têm seu comportamento social e sexual avaliado e controlado pelo discurso jurídico.

Discurso Técnico⁶

Para o desempenho de tal papel, eles contam com suas características intrínsecas, as quais são responsáveis pelo “rótulo” que cada tipo textual carrega.

Tais características se evidenciam formal e funcionalmente e são percebidas, de maneira mais ou menos clara pelo leitor/ouvinte. Afinal, todos os tipos de texto têm um público fiel, ao qual se destinam.

Os autores que têm o texto técnico como objeto de estudo concordam que ele apresenta as seguintes características:

- Linguagem monossêmica;
- Vocabulário específico ou léxico especializado;
- Objetividade;
- Emprego de voz passiva;
- Preferência pelo emprego do tempo verbal presente.

As características apontadas acima coadunam-se com o objetivo principal de qualquer produção de cunho técnico: transmissão de conhecimentos de forma clara e imparcial. Embora a objetividade e a neutralidade sejam fiéis parceiras do texto técnico, não se pode afirmar que esse tipo textual seja isento das marcas de seu autor, enquanto produtor de ideias e veiculador de informações. Quando há a troca da 3ª pessoa do singular pela 1ª pessoa do plural, por exemplo, o autor tem a intenção de conquistar o seu interlocutor, tornando-o um parceiro “na assunção das informações dadas, numa forma de estratégia argumentativa.”

Todo tipo textual possui a argumentatividade, porém essa aparece de modo mais intenso e explícito em alguns textos e de modo menos intenso e explícito em outros. Para complementar a afirmação dessas autoras, cita-se Benveniste para o qual, o sujeito está sempre presente no texto, não havendo, portanto, texto neutro ou imparcial.

Percebe-se, então, que o texto técnico possui características que o diferenciam dos demais tipos de textos. No entanto, não se deve afirmar que ele seja desprovido de marcas autorais. Tanto é

verdade, que alguns autores de textos técnicos não dispensam o uso de certos advérbios e conjunções, por exemplo, expedientes que têm a função de modalizar o discurso.

A modalização, nesse tipo de texto, pode aparecer de forma implícita e/ou explícita. Sob essa última forma, verificam-se o aparecimento de construções específicas, tais como as nominalizações, a voz passiva, o emprego de determinadas conjunções e preposições.

Discurso Acadêmico/Científico⁷

O texto como objeto abstrato se configura no campo da linguística como teoria geral. Já discurso é uma realidade de interação-enunciação objeto de análises discursivas. Enquanto os textos, como objetos concretos, são aqueles que se apresentam completos constituídos de um ato de enunciação que visa à interação entre produtor e interlocutor. Partindo dessas concepções, percebe-se que texto e discurso se complementam, pois, para o autor, “a separação do textual e do discursivo é essencialmente metodológica”, o que leva à distinção entre os dois a anular-se. Neste caso, texto e discurso são unidades complementares.

A partir da compreensão de discurso, passa-se a refletir sobre o que vem ser discurso científico. Para Guimarães é aquele em que “o autor pretende fazer o leitor saber.” Ou seja, a intenção do autor é fazer o leitor ou pesquisador saber como os resultados daquela pesquisa foram alcançados, dando-lhe oportunidade de repetir os procedimentos metodológicos em outras pesquisas similares.

Para Carioca, “o discurso científico é a forma de apresentação da linguagem que circula na comunidade científica em todo o mundo. Sua formulação depende de uma pesquisa minuciosa e efetiva sobre um objeto, que é metodologicamente analisado à luz de uma teoria.” Outra posição é que o discurso científico não se dá apenas pela comprovação ou refutação do que foi escrito, dá-se também pela aceitabilidade dos pares que compõem a comunidade específica.

Desse modo, pode-se dizer que a estrutura global da comunicação científica está respaldada em parâmetros normativos referentes à produção de gêneros e à produção da linguagem, ou seja, o discurso acadêmico se estabeleceu dentro de convenções instituídas pela comunidade científica, que, ao longo do tempo, se expressa por características, como impessoalidade, objetividade, clareza, precisão, modéstia, simplicidade, fluência, dentre outros.

É importante apresentar a posição de Charaudeau sobre a problemática entre o discurso informativo (DI) e discurso científico (DC). Para o autor, o que eles têm em comum é a problemática da prova. “[...] o primeiro se atém essencialmente a uma prova pela designação e pela figuração (a ordem da constatação, do testemunho, do relato de reconstituição dos fatos), o segundo inscreve a prova num programa de demonstração racional.”

Percebe-se que o interesse principal do discurso informativo é transmitir uma verdade através dos fatos. Já o discurso científico se impõe pela prova da racionalidade que reside na força da argumentatividade. E mais, este deve se comprometer com a logicidade das ideias para estas se tornem mais convincentes.

Como se viu, o discurso acadêmico é produzido dentro de uma esfera de comunicação relativamente definida chamada de comunidade científica. Em geral, no ensino superior, vão se encontrar mo-

⁷ http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4823/MARIA%20DE%20F%3c3%81TIMA%20RIBEIRO%20DOS%20SANTOS_.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁶ <https://revistas.ufg.br/lep/article/download/32601/17331/>

- oferecer objetos e materiais diversificados às crianças, que contemplem as particularidades dos bebês e das crianças maiores, as condições específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e linguísticas das crianças, famílias e comunidade regional;

- organizar oportunidades para as crianças brincarem em pátios, quintais, praças, bosques, jardins, praias, e viverem experiências de semear, plantar e colher os frutos da terra, permitindo-lhes construir uma relação de identidade, reverência e respeito para com a natureza;

- possibilitar o acesso das crianças a espaços culturais diversificados e a práticas culturais da comunidade, tais como apresentações musicais, teatrais, fotográficas e plásticas, e visitas a bibliotecas, brinquedotecas, museus, monumentos, equipamentos públicos, parques, jardins.

Um tópico já citado anteriormente, mas que deve ser relembrado aqui para a elaboração da proposta curricular, diz respeito às experiências de aprendizagem que podem ser promovidas. Elas são descritas no artigo 9º da Resolução CNE/CEB nº5/09 como experiências que podem ser selecionadas para compor a proposta curricular das unidades de Educação infantil.

As experiências apontadas visam promover oportunidade para cada criança conhecer o mundo e a si mesma, aprender a participar de atividades individuais e coletivas, a cuidar de si e a organizar-se. Visam introduzir as crianças em práticas de criação e comunicação por meio de diferentes formas de expressão, tais como imagens, canções e música, teatro, dança e movimento, assim como a língua escrita e falada, sem esquecer-se da língua de sinais, que pode ser aprendida por todas as crianças e não apenas pelas crianças surdas. Conforme as crianças se apropriam das diferentes linguagens, que se inter-relacionam, elas ampliam seus conhecimentos sobre o mundo e registram suas descobertas pelo desenho, modelagem, ou mesmo por formas bem iniciais de registro escrito.

Também a satisfação do desejo infantil de explorar e conhecer o mundo da natureza, da sociedade e da matemática, e de apropriar-se de formas elementares de lidar com quantidades e com medidas deve ser atendida de modo adequado às formas das crianças elaborarem conhecimento de maneira ativa, criativa.

Todas essas preocupações, além de marcar significativamente todas as instituições de Educação Infantil do país, devem ainda estar presentes em três situações que são apontadas nas DCNEIs:

1) O compromisso com uma Educação infantil de qualidade para todas as crianças não pode deixar de ressaltar o trabalho pedagógico com as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em relação a elas, o planejamento das situações de vivência e aprendizagem na Educação Infantil deve:

- garantir-lhes o direito à liberdade e à participação enquanto sujeitos ativos;

- ampliar suas possibilidades de ação nas brincadeiras e nas interações com as outras crianças, momentos em que exercitam sua capacidade de intervir na realidade e participam das atividades curriculares com os colegas;

- garantir-lhes a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos, procedimentos e formas de comunicação a suas especificidades e singularidades;

- estruturar os ambientes de aprendizagem de modo a proporcionar-lhes condições para participar de todas as propostas com as demais crianças;

- garantir-lhes condições para interagir com os companheiros e com o professor;

- preparar cuidadosamente atividades que tenham uma função social imediata e clara para elas;

- organizar atividades diversificadas em sequências que lhes possibilitem a retomada de passos já dados;

- preparar o espaço físico de modo que ele seja funcional e possibilite locomoções e explorações;

- cuidar para que elas possam ser ajudadas da forma mais conveniente no aprendizado de cuidar de si, o que inclui a aquisição de autonomia e o aprendizado de formas de assegurar sua segurança pessoal;

- estabelecer rotinas diárias e regras claras para melhor orientá-las;

- estimular a participação delas em atividades que envolvam diferentes linguagens e habilidades, como dança, canto, trabalhos manuais, desenho etc., e promover-lhes variadas formas de contato com o meio externo;

- dar-lhes oportunidade de ter condições instrucionais diversificadas - trabalho em grupo, aprendizado cooperativo, uso de tecnologias, diferentes metodologias e diferentes estilos de aprendizagem;

- oferecer, sempre que necessário, materiais adaptados para elas terem um melhor desempenho;

- garantir o tempo que elas necessitam para realizar cada atividade, recorrendo a tarefas concretas e funcionais por meio de metodologias de ensino mais flexíveis e individualizadas, embora não especialmente diferentes das que são utilizadas com as outras crianças;

- realizar uma avaliação processual que acompanhe suas aprendizagens com base em suas capacidades e habilidades, e não em suas limitações, tal como deve ocorrer para qualquer criança;

- estabelecer contato frequente com suas famílias para melhor coordenação de condutas, troca de experiências e de informações.

O importante é reconhecer que a Educação Inclusiva só se efetiva se os ambientes de aprendizagem forem sensíveis às questões individuais e grupais, e neles as diferentes crianças possam ser atendidas em suas necessidades específicas de aprendizagem, sejam elas transitórias ou não, por meio de ações adequadas a cada situação.

2) A Educação infantil deve atender a demanda das populações do campo, dos povos da floresta e dos rios, indígenas e quilombolas por uma educação e cuidado de qualidade para seus filhos. O trabalho pedagógico de creches e pré-escolas instaladas nas áreas onde estas populações vivem precisa reconhecer a constituição plural das crianças brasileiras no que se refere à identidade cultural e regional e à filiação socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. Para tanto ele deve:

- estabelecer uma relação orgânica com a cultura, as tradições, os saberes e as identidades das diversas populações;

- adotar estratégias que garantam o atendimento às especificidades das comunidades do campo, quilombolas, ribeirinhas e outras - tais como a flexibilização e adequação no calendário, nos agrupamentos etários e na organização de tempos, atividades e ambientes - em respeito às diferenças quanto à atividade econômica e à política de igualdade, e sem prejuízo da qualidade do aten-

(C) No Construtivismo, o período da criança entre 02 a 07 anos caracteriza-se como estágio pré-operacional.

(D) Vygotsky associou o desenvolvimento da inteligência da criança aos processos de assimilação e acomodação.

07. (IFB - Psicólogo - FUNIVERSA) Durante o processo de ensino e de aprendizagem, o lúdico contribui para a construção de várias funções no desenvolvimento psicológico da criança. Em relação ao papel do lúdico no desenvolvimento infantil, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental, assinale a alternativa correta.

(A) Atividades lúdicas são desaconselháveis dentro da sala de aula, pois promovem a indisciplina e o descontrole da organização do trabalho pedagógico.

(B) São prejudiciais ao desenvolvimento mental da criança atividades que promovem fantasia e fuga da realidade durante as brincadeiras.

(C) Para estimular, condicionar e controlar processos psicológicos complexos, as atividades lúdicas adequadas são exclusivamente as que usam brinquedos pedagógicos.

(D) Atividades lúdicas devem fazer parte dos processos de ensino e de aprendizagem para favorecerem a mediação simbólica entre a realidade e o desenvolvimento da subjetividade da criança.

(E) As brincadeiras de imitação, por não interferirem nos desenvolvimentos afetivo, cognitivo e psicanalítico, são as mais importantes para a aprendizagem da criança, pois determinam como ela irá se adaptar aos limites do mundo e dos papéis sociais das suas relações parentais.

08. (FUNTELPA - Psicólogo - IDECAN) Sobre o desenvolvimento psicológico, Vygotsky afirma que “A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica...” Tal afirmativa denota que:

(A) O uso de signos externos é também radicalmente reconstruído.

(B) Os processos psicológicos permanecem tal como aparecem nos animais.

(C) As mudanças nas operações linguísticas são tímidas.

(D) A fala egocêntrica se fortalece fazendo surgir a fala externa.

(E) Deixam de ser internalizadas as atividades sociais e históricas.

09. (Prefeitura de Fortaleza/CE - Psicólogo - Prefeitura de Fortaleza/CE) Ao se falar de zona de desenvolvimento proximal, está-se referindo à teoria de desenvolvimento de:

(A) Henri Wallon.

(B) Lev Vygotsky.

(C) Carl Gustav Jung.

(D) Jean Piaget.

10. (CEFET/RJ - Psicólogo - CESGRANRIO) A posição de Vygotsky sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem é que o

(A) desenvolvimento é dependente da maturação e condiciona o aprendizado.

(B) desenvolvimento é definido como a substituição de respostas inatas a partir do aprendizado.

(C) aprendizado e o desenvolvimento são coincidentes e contemporâneos.

(D) aprendizado alavanca o desenvolvimento devido ao estabelecimento das relações sociais.

(E) processo de desenvolvimento da criança é independente do aprendizado.

11. (MPE/ES - Agente Técnico - VUNESP) Para Jean Piaget, o processo de assimilação

(A) é um mecanismo automático e determinado biologicamente, no qual o indivíduo é relativamente passivo.

(B) envolve a eliminação de esquemas anteriores do indivíduo decorrente da aquisição de novas informações.

(C) equivale ao processo de adaptação, porque este implica, necessariamente, revisão de conceitos diante de novas situações.

(D) está diretamente relacionado ao processo de linguagem e, conseqüentemente, à socialização.

(E) corresponde a uma integração de novas informações a estruturas prévias do indivíduo.

12. (Prefeitura de Piraúba/MG - Psicólogo Clínico) Com relação aos pressupostos teóricos do desenvolvimento humano, analise as assertivas e assinale a alternativa incorreta:

(A) Vygotsky não acredita que na presença de condições adequadas de vida, e tendo cultura, o ser humano não se desenvolverá intensamente, evidenciando o processo de construção do desenvolvimento histórico-cultural do indivíduo.

(B) O estudo da Teoria Histórico Cultural é a compreensão de como se alteram as organizações de desejos, opiniões, ansiedade e habilidades presentes nas diferentes etapas do ciclo vital. Pois acredita que os seres humanos são pessoas inteiras e todos os aspectos de desenvolvimento estão intimamente ligados, até mesmo no útero.

(C) O desenvolvimento da personalidade se constitui de maneira espontânea ainda no período da infância e, para a Teoria Histórico-Cultural, a idade pré-escolar e a adolescência marcam momentos fundamentais desse desenvolvimento, que é um dos desenvolvimentos do ser humano.

(D) Vygotsky destinou seus estudos também à origem da linguagem e sua relação com o desenvolvimento do pensamento a partir de uma abordagem histórica, o que o tornou o primeiro psicólogo moderno a sugerir os mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa.

13. (SEPLAG/MG - Pedagogia - BFC) Para ser considerada como possuidora de certa habilidade, a criança tem que demonstrar que pode cumprir a tarefa sem nenhum tipo de ajuda. Denomina-se essa capacidade de realizar tarefas de forma independentes:

(A) NDP - Nível de Desenvolvimento Potencial.

(B) ZDP - Zona de Desenvolvimento Proximal.

(C) PDH - Processo de Desenvolvimento de habilidade.

(D) NDR - Nível de Desenvolvimento Real.

14. (Prefeitura de Tijucas/SC - Professor - Séries Iniciais - FEPESE). A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky levou-o a considerar que a linguagem é um instrumento psicológico que age de forma mediada no estágio precoce do pensamento (a atividade prática).

Para o referido autor o resultado desse caráter mediado é:

(A) A linguagem escrita.

(B) A linguagem gestual.

(C) A escrita espontânea.